



Interpretação e depoimentos: os sentidos que alfabetizadas adultas atribuem à notícia jornalística

*Maria do Socorro Paz e Albuquerque**

INTRODUÇÃO

A linguagem, na perspectiva da Análise do Discurso, é concebida como um lugar de conflito, prática de trabalho simbólico em que o homem, na relação com esse simbólico, está sempre interpretando (Orlandi, 1996a: 28). Esta autora acrescenta ainda que “não há sentido sem interpretação e, interpretando, ou seja, atribuindo sentidos, o sujeito se significa,” (op. cit: 21). Esta concepção de linguagem nos permite analisar, de forma crítica, as práticas de leitura/interpretação existentes na maioria das escolas ao tratar alfabetizados como tabula rasa. E, pelo fato de serem iletrados, não os considera capazes de interpretar, ou ainda, que as interpretações dadas por eles aos textos não são leituras possíveis. Essa concepção de aluno e de ensino se evidencia nas práticas, em sala de aula, das respostas fixas, das correções feitas “ao pé da letra” do livro didático.

A partir dessas reflexões este trabalho surgiu da necessidade de conhecermos as dificuldades apresentadas por alfabetizadas adultas em interpretar textos. Assim preocupada em verificar como essas informantes, que iniciariam um curso de alfabetização¹, coordenado por nós, interpretavam textos orais e textos escritos (lidos para elas), aplicamos, na fase de diagnóstico, várias atividades para termos acesso às práticas

* Professora de Língua Portuguesa e mestranda da UFPB.

¹ Este curso fazia parte do programa de bolsa de extensão (PROBEX - UFPB) do projeto: Alfabetização de Adultos: relato de uma experiência com donas de casa, que funcionou de março a dezembro de 1998.

de letramento das alfabetizadas. Das atividades aplicadas, este trabalho tem como objetivo específico analisar apenas os depoimentos orais e individuais, gravados em áudio cassete, de 10 alfabetizadas, a partir da interpretação dada por elas a uma notícia retirada da página policial de um jornal local.

As alfabetizadas em referência formam um grupo de 11 mulheres, donas-de-casa, na faixa etária entre 20 e 65 anos, residentes em bairros, algumas em terreno que foi invadido por sem-teto, próximos à entidade religiosa onde funciona o curso de alfabetização². Vindas de grupos sócio-econômicos de baixa renda, seis de origem rural, as demais de origem urbana, as informantes são falantes de dialeto não padrão no continuum rural urbano. Muitas delas nunca frequentaram escola e algumas aprenderam a reconhecer as letras do alfabeto ou mesmo a ler com a ajuda de parentes (mãe, irmão, filho). Algumas das informantes, além das atividades domésticas, exercem atividades extras como faxineira e lavadeira de roupa. Dentre elas, apenas duas estão na terceira idade.

A atividade de aplicação do pré-teste consistiu em explicar, para cada informante, individualmente, que leríamos a notícia “Crime da Catingueira”, retirada da página policial do Diário da Borborema de 15/02/98 e, em seguida, que elas nos diriam o que haviam entendido da notícia. Desta forma, após a leitura, perguntávamos: o que você entendeu dessa notícia? O que diz essa notícia?

A análise deste trabalho se fundamenta nos estudos de Orlandi (1996a e b, 1998), na perspectiva histórico-discursiva da análise do discurso (AD), para quem a interpretação é entendida como a atribuição de sentidos, os quais são produzidos histórica e ideologicamente, pois não há como separar o sujeito de suas filiações às redes sociais. Para ela, “não se separa linguagem, sociedade e história, o que há é uma construção conjunta do social e do lingüístico”(1996a:27).

A análise dos dados está sistematizada em três tópicos gerais: sujeito e interpretação; sentido e interpretação; silêncio e interpretação, nos quais a abordagem teórica será feita simultaneamente à análise.

² Fraternidade Espírita “A Caminho da Luz”, rua Aprígio Nepomuceno, Nº 1283, na cidade de Campina Grande, PB

2. SUJEITO E INTERPRETAÇÃO

Segundo Orlandi (1996a:101) sujeito e sentido são elementos de um mesmo processo de significação. Quem lê produz sentidos e, ao atribuir sentidos, os sujeitos se significam. Isso ocorre pelo fato de que o sujeito está inserido num contexto sócio-histórico ideológico, portanto, os sentidos que ele atribui revelam a sua inscrição em formações discursivas, ou seja, revelam no seu dizer as suas ideologias, o lugar em que ele se coloca a partir das imagens que faz de si e dos outros.

Brandão (1998:62), citando Orlandi (1986), afirma que para a análise do discurso tanto a noção de sentido como de sujeito não são dadas a priori, como também o centro das relações de sentido não está nem no eu nem no tu, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto (oral ou escrito). Assim, ele é a unidade analítica visto na perspectiva situacional. “É um espaço simbólico multi-dimensional. “É um bólido de sentido apontando para muitas direções” no dizer de Orlandi (1998: 14). Segundo a AD, o discurso inclui o texto mais o contexto de situação em sentido estrito, e o contexto sócio-histórico em sentido amplo. No seu discurso, o sujeito assume, revela a sua formação discursiva, a qual deve ser entendida como um lugar em que o sujeito ocupa com a sua história particular, um lugar que é especificamente seu e que é afetado pela ideologia. Como os sentidos são produzidos historicamente, as palavras só adquirem sentidos dentro de uma formação discursiva (Brandão op. cit., p. 65).

Nessa perspectiva sócio-histórico ideológica em que os sentidos são produzidos, faz-se necessário descrever, neste trabalho, alguns dados biográficos das informantes para melhor compreendermos a realidade delas e os sentidos que atribuem à notícia jornalística em estudo.

Deste modo, identificaremos, a partir dos depoimentos, a representação das informantes por elas mesmas, como mulheres analfabetas, a imagem que fazem dos “personagens” da notícia e do crime.

Situaremos, mais de perto, uma das informantes, cujo depoimento será analisado nos três itens de abordagem deste trabalho, diferentemente de outros que são exemplos de apenas um desses itens. A informante 1 (I₁) é uma pessoa calada, séria, de ar sofrido, não trabalha fora, tem 5 filhos, 4 deles estão freqüentando escola. É casada e o marido trabalha

como servente de pedreiro. Pelo que já nos contou, em particular, ele é agressivo, rude com ela e com os filhos, principalmente quando bebe. Essa informante quando chegou à turma de alfabetização já tinha frequentado um ano de escola, era uma das três que reconheciam as letras, já lia e escrevia muitas palavras, também já sabia fazer bilhetes. Segundo a teoria da psicogênese (Ferreiro, 1991), ela estava no estágio silábico-alfabético de formulação de hipótese da escrita. É importante frisar que para assistir às aulas ela traz, desde o ano passado (1998), seu bebê, que até hoje, com onze meses, ainda está amamentando. Enquanto assiste à aula, sua sobrinha cuida do filho numa sala contígua à sala de aula.

Analisando o depoimento das alfabetizandas vamos perceber que a imagem que elas têm de si mesmas, enquanto alunas, é a de que ainda não sabem ler/interpretar adequadamente, demonstrando insegurança quanto aos sentidos que estão atribuindo à notícia. Isto fica evidente nas questões em que a I₁ (ver anexo), após relatar alguma informação do crime faz o pedido de legitimação (é como se dissesse: eu interpretei certo, é isso mesmo que está na história?). Observe:

(...) *Num foi isso?*

Nesse mesmo depoimento, observamos uma gradação no pedido de legitimação do discurso. Após incluir o isso, a informante se refere a toda a notícia lida, querendo a confirmação do fato como um todo por parte do entrevistador. Em seguida, tem-se:

(...) *num foi?*

Nesta pergunta observa-se a diminuição da intensidade da legitimação. Essas indagações são comuns nos depoimentos (ver anexo), elas são o reflexo (imagem) que as alfabetizandas fazem do professor e do que significa aprender na escola. O professor ainda é visto como o detentor do saber. É ele na escola aquele que confirma, que nega, que avalia o saber do aluno, que, portanto, pode legitimar ou não o dizer deste aluno.

Mais adiante, nesse mesmo depoimento, há uma autocorreção, a informante depois de perceber o equívoco de uma informação dada, auto-corrige-se. Este fato pode ser caracterizado como discurso legitimado, uma vez que a informante demonstrou saber que a informação corrigida

está legitimada no próprio texto da notícia. Vejamos o exemplo:

I₁: (...) *“Qui ela foi até a mercearia ondi o pai tava, não, mandô o filho pedi 10 reais, num foi isso?”*

No final do depoimento, vamos encontrar um “sim,” cujo sentido não está relacionado a um encadeador conversacional, evidenciando, no acréscimo de informação, a legitimação do próprio discurso, indicando acréscimo de informações. Atribuímos-lhes um valor discursivo no depoimento, uma vez que ele aparece como último elemento de uma gradação na qual observamos um crescimento, uma independência quanto ao aspecto da legitimação do dizer. Como vimos nos exemplos anteriores, a I₁ primeiramente faz o pedido de legitimação do seu próprio dizer:

“(....) num foi isso?” mais adiante: “(....) num foi ? ”

Auto-corrige-se:

(....) “não, mandô o filho...”

O que caracteriza o discurso legitimado, para enfim fazer a própria legitimação do seu dizer:

(...) “sim, aí levaru o velhinho...”

Com este dizer, a informante não está pedindo a confirmação do professor (na figura do entrevistador). É como se ela dissesse: sim, eu me lembrei, eu posso ainda afirmar “tal,” sem ter que perguntar se é verdade ou não.

A I₁ age diferentemente das outras informantes que continuam fazendo o pedido de legitimação do seu dizer durante todo o depoimento.

3. AS IMAGENS QUE AS INFORMANTES FAZEM DOS “PERSONAGENS” DA NOTÍCIA E DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA

Segundo Orlandi (1996a: 53), “as diferentes posições de sujeito no texto correspondem às diversas formações discursivas”. Ainda com base em Orlandi, “há nos textos, segundo as teorias da enunciação e da ideologia, marcas que atestam a relação do sujeito com o seu dizer e, através dele, com o mundo,” (Orlandi, op. cit.: 54). Nos depoimentos, vamos

encontrar posições não muito diferentes, nas quais as informantes se colocam, enquanto formação discursiva, a partir da imagem que fazem dos envolvidos no crime da Catingueira.

No depoimento da I₁ (ver anexo), fica evidente a subjetividade, a opinião expressa ao se referir ao criminoso (termo utilizado na reportagem) por “o velhinho”. Nesse comentário, repleto de afetividade, a I₁ se coloca frontalmente em defesa do idoso. Ele foi afrontado pelas agressões da filha. Ela se coloca num lugar de respeito ao idoso, ao pai. Há uma preocupação com a sua condição: se está solto, se está preso. Essa concepção é fruto da cultura, de uma tradição, da noção de família (da figura do pai, como exigindo respeito, obediência e cuidado com os mais velhos). A filha do “velhinho”, ao costumar agredir e explorar o pai, certamente não reconhecia esse lugar de tradição e respeito a ele. O que comprova esse jogo de imagens são as últimas três linhas desse depoimento, as quais só se referem ao “velhinho”. A I₈, mesmo iniciando seu depoimento contrária ao fato de o pai ter matado a filha, afirma que ele matou para se defender. Outro dado que confirma esse lugar de respeito ao idoso é o fato de que nenhuma das informantes se refere ao “pai” como criminoso, assassino. Mesmo aquelas que se expressam contra o crime chamam-no “o pai que matou a filha”.

O depoimento da I₆ é exemplo dessa subjetividade, da opinião contra o crime e de como ela percebe a vida social, o direito que os indivíduos têm à vida. Vejamos:

I₆. (...) “por rim que a filha é né? não era pa ele tê matado ela né? Mas ele matô pa se defendê né?”.

As I₈ e I₉, após ouvirem a leitura da notícia e fazerem os depoimentos, saem da sala chorando. A I₈ começa seu depoimento fazendo comentário:

I₈. “o seguinte é essi/ que foi uma morte que chocô né? que não era pa tê matado a filha po rim que fosse /não era pa ele tê matado ...”

Tanto a I₈ quanto a I₉ colocam-se contrárias ao crime, ao assassinato. Esses exemplos confirmam a idéia de que a subjetividade não se separa do uso da linguagem, pois nas escolhas das palavras, no que dizemos, expressamos nossas filiações a ideologias: não se deve matar, não se deve tirar a vida.

4. SENTIDO E INTERPRETAÇÃO

Para a AD, o texto não é visto como uma unidade formal, fechada, mas pragmática, aquela em cujo processo de significação também entram os elementos do contexto situacional (Orlandi, 1987: 116). A perspectiva discursiva, portanto, é esse olhar para o texto, vendo-o em suas condições de produção.

Assim, o sentido parte do texto, do lingüístico, não de forma isolada de quem o diz e em que condições diz. Com base nessa abordagem, analisaremos nesta parte de nosso trabalho como as informantes constróem lingüisticamente os fatos de interpretação.

Por se tratar de relatos orais, encontramos muitos marcadores conversacionais do tipo *ai, né?, quer dizer*. No depoimento da I₁, vamos encontrar o uso do “*ai*” que ora se apresenta como um referencial dêitico:

I₁: *essa historia ai né? (...)*

Ou apenas como conector frástico:

(..). ” *ispancô o velhinho , ai o velhinho pegô a arma (...)*

I₄ (...) *ai ele foi agridiu e pegou um pau bateu nela ai a policia ...*

Outra utilização de elemento lingüístico significativo no texto é a expressão explicativa “*quer dizer*”. Ao utilizá-la, a I₁ introduz um novo argumento (o que foi dito na TV) diferente do argumento do texto escrito (a notícia lida). Esta referência à TV será analisada no tópico silêncio e interpretação.

Com relação ao uso do “*não*”, ainda no depoimento da I₁, podemos verificar que ele se apresenta com duas funções: uma gramatical e outra discursiva. Ao fazer a correção do seu próprio discurso, como visto no item sujeito e interpretação, o “*não*” expressa seu valor gramatical de correção da informação. Mas ao afirmar:

I₁: (...) “*Só não vi se o Velhinho soltou, soltou?*”

O “*não*”, além da sua função gramatical de negar o saber das condições do “*velhinho*” no momento da reportagem, adquire também um valor discursivo: a inquirição, o querer saber das condições dele, enfatiza mais uma vez a preocupação da I₁ com o idoso, com o pai que ele é, e não o criminoso.

Observando os depoimentos quanto à utilização da língua, podemos dizer que as alfabetizadas falam uma variedade lingüística que pode ser colocada num continuum rural urbano, não padrão. São exemplos: a) a não pronúncia do final das formas verbais terminadas em “ou”, (Pretérito Imperfeito) matô, pegô, falô; em “r”, (infinitivo) dizê, fazê, dá, acusá; Ex: abreviação de palavras como pa = para; tava = estava.

I₆ (...) “mas ele matô pa se defendê né?”

Redução na pronúncia da desinência de número pessoal em formas verbais:

I₁: (...) “sim aí levaru o Velhinho, preso...”

I₃: (...) “aí a polícia vei...”

A ausência de concordância nominal e a pronúncia de palavras como: “... dichí” para disse. Ex:

I₅: (...) “ele diche que num tinha os dez real...”

5. SILÊNCIO E INTERPRETAÇÃO

Neste tópico, analisaremos como as alfabetizadas vêem a realidade ao relatar a notícia. Primeiramente, é relevante explicar o que significa o silêncio na linguagem e a sua relação com a interpretação.

Para a AD, a linguagem é entendida como um lugar de conflito, um trabalho simbólico, que se caracteriza pelo fato de o sentido ser aberto, ele é algo que não se fecha. Daí dizer-se que não há sentido a priori, único. Ele brota do histórico-social e só nele se realiza, se significa. O que ao falar explicitamos, significamos, implica em escolhas que de certa forma silenciam outras. Esse silenciamento é constitutivo da significação. E, como os sentidos são produzidos histórica e socialmente, o sujeito diz o que sua formação discursiva, o seu lugar de dizer lhe permite. Tanto o que se escolhe para se dizer como o que se exclui é significativo. Assim, o não dito faz parte do processo de significação. Nessa perspectiva, observamos nos depoimentos três aspectos: o lugar que I₁ atribui à televisão; a interferência do fato econômico na opinião que as informantes têm sobre o crime, e o que especificamente elas silenciam da notícia. A I₁, em seu depoimento, diz:

I₁ “(...) o que saiu na televisão ...”

O fato de se referir à notícia dada na TV implica, primeiro, que já sabia da notícia e, segundo, que valida o seu dizer. Principalmente por ser a TV e o rádio as fontes de informação a que elas têm acesso. Referir-se à informação dada na mídia (TV) significa colocá-la em evidência, como fonte primeira da informação. Ela já sabia do crime pela TV e este dizer questiona de certa forma a informação dada no jornal. É como se ela dissesse: o que saiu na TV foi x, se o jornal diz y eu não posso confirmar. Isto nos remete ao dizer de Orlandi (1996a:15 e16) que a mídia lineariza, reduzindo o saber a um pacote de informações ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições.

Outro aspecto nos depoimentos que se relaciona ao silêncio e à interpretação pode ser observado quando as alfabetizandas, apesar de não silenciarem o fato de que a filha fazia agressões físicas constantes ao pai (batia nele com pau com pedra), deixam evidente como causa do assassinato “os dez reais”, motivo da agressão do dia do crime, contrariamente ao enfoque central dado pelo lide da notícia: “Matei porque não agüentava mais apanhar”, argumento apresentado pelo pai à polícia para matar a filha. Apesar de viverem em dificuldades econômicas (a maioria tem sub-emprego, outras os companheiros estão desempregados), elas consideram absurdo a morte ter sido causada pelo valor de dez reais.

Embora haja depoimentos que silenciam a opinião pessoal explícita, a atitude de se referir aos “personagens” da notícia por “pai”, “filha” e não criminoso, assassino, como a própria notícia trata, demonstra, por parte delas uma certa condescendência, compreensão com o infrator. Possivelmente, esta atitude pode ser o reflexo do como elas vêem o social: “pobre sempre vai preso, rico nunca vai”, como já ouvimos delas próprias em discussões em sala de aula.

A I₁ silencia o lugar de criminoso, ao tratar o “pai que matou a filha” por “velhinho”, evidenciando com este silêncio, que não há uma condenação para a atitude dele.

De modo geral, o que elas não silenciam nos relatos da reportagem se relaciona à descrição do crime e à sua causa. Vejamos os exemplos:

I₂ : (...) “ *incontraru ela numa poça cheia de sangue.* ”

I₇ : (...) “ *ai ele pegô a espingarda carregô e deu só um tiro e matô ela.* ”

Informações outras como UML (Unidade Médico Legal - IML); exame de corpo delito (“exami de corpu deliti” – I₂); “a polícia vei foi chamada”. Confirmam o fato de os depoimentos se referirem mais especificamente à descrição da cena do crime e a intervenção da polícia. Elementos presentes na realidade delas. Não citam os nomes dos envolvidos, os depoimentos dos vizinhos ou como ocorria o processo de investigação. Algumas citam o lugar do crime, mas o que interessa, importa, choca, emociona, revolta é o predomínio da violência, que mesmo anônima (não é comigo, com minha família), é desrespeito à vida. Repetindo o dizer das I₆ e I₈.

(...)“*por rim que fosse num era pa ele tê matado ela*”.

Ninguém merece essa condenação, nem mesmo ele que matou merece ser condenado. No dizer delas não há o silenciamento do instinto materno, da compreensão ao idoso, do respeito ao direito que todo ser humano tem à vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os depoimentos das alfabetizadas pela perspectiva histórico-discursiva nos possibilitou resgatar, através dos sentidos atribuídos por elas à notícia “O crime da Catingueira,” o lugar de sujeitos que elas ocupam no contexto social, pois pudemos penetrar um pouco mais no seu mundo.

Como também nos permitiu constatar o quanto esta abordagem teórica tem a acrescentar às práticas de leitura/interpretação de textos em sala de aula, principalmente por reconhecer que há leituras possíveis, que o professor não deve se colocar como dono dos sentidos e do saber e que a escola não pode continuar desconsiderando o contexto sócio-histórico, no qual estamos inseridos e no qual produzimos sentidos.

Ao ouvir os depoimentos pela primeira vez, surpreendemo-nos com a pouca informação que as alfabetizadas haviam recuperado da notícia. Após essa abordagem, apesar de breve, nos surpreendemos em constatar que não dissemos tudo, que não demos sentido a tudo o que elas disseram, e portanto, outros sentidos ainda poderão ser atribuídos a esses relatos. E isto nos permite concluir que as alfabetizadas não disseram pouco, nós sim, começamos a significar o que elas disseram a partir do que disseram e não do que queríamos que elas tivessem dito.

ANEXO - DEPOIMENTOS DAS INFORMANTES

Notícia: “Crime da Catingueira” - Diário da Borborema, 15/02/98)

Legenda: I: informante; /: pausa breve; //: pausa mais longa; (): comentários ou perguntas do entrevistador.

I₁: “essa história aí né? foi a história qui o pai matô a filha / porque porque a filha dava, descontava ele né? / i ele matô ela por causa de 10 reais, num foi isso? / qui ela foi até a mecearia ondi o pai tava, não, mandô o filho pedi os 10 reais // ele falô que não tinha aí qué dizê, o que saiu na televisão que ela foi pegô um pedaçu de madeira num foi? ispancô o velhinho aí o velhinho pegô a arma e atirô nela aí ela morreu na hora / teve morte imediata / sim aí levou o velhinho, preso, depois, o velhinho ficô doente e depois aí levou o velhinho po hospital / só não vi se o velhinho soltô, soltô?”.

I₃: “da filha matô o pai por causa de 10 reais aí só vivia espancano ele / e ele cansado atirô na filha e matô / aí foi preso em flagrante aí depois foi po hospital mais já tá solto / o que mais? // a filha vivia espancano o pai direto né? terminô danu nela espancô ele com um pau e terminô o pai matano a filha / não sei mais não dona socorro.”

I₄: “o crime foi na Catinguera por dez reais aí a filha é a filha num queria dá / aí ele foi agridiu e pegô um pau bateu nela aí a polícia vei foi chamada a polícia vei aí levô ele pa cadeia / não lembro mais não.”

I₅: “bem dona Socorro o que eu ouvi foi que ele, que ela agridia muito ele um dia, quando foi um dia ela chegô e pediu dez reais ele diche que num tinha os dez real só no outro dia quando ele fosse po banco ai ela voltô e bateu com um pedaço de pau nele e ele ficô no local, a polícia pegô e levô pra cá pra delegacia o que eu sei / não tem mais nada não.”

I₆: “já tô esquicida já / num foi foi de um crime que ocorreu lá na Catinguera de um pai ter matado a filha num foi? por causa de dez reais num foi? e ela vivia bateno nele nera? aí ele pá se defendê matô ela né? com a espingarda né? mais por rim que a filha né? não era pa ele te matado ela né mas ele matô pa se defendê né? ele num ia morrê na peia né? ela ia bateno nele né?”

I₇: “do pai que matô a filha por causa de dez real ela foi na casa dele aí pediu dez real ele disse que não tinha dez real aí ele pegô a espingarda carregô e deu só um tiro e matô ela.”

I₈: “o seguinte é essi qui foi uma morte que chocô né? que não era pa tê matado a filha por rim que fosse / não era pa ele tê matado aconteceu porque o filho dela pediu dez reais e ele disse que não tinha aí a filha foi lá com um pau ele pegô e e foi aguidi ele, e ele pegô e se defendeu né? matô a filha. Pronto só isso” (sai chorando).

I₉: “não sei nem por onde começá // (mas comece por onde achar melhor) a pessoa matá um cristão por causa de dez reais // (começa a chorar) com um tiro de espingarda si a família ficô tudo desesperado sem comida // e outros presos na cadeia / se já pegaram se não // o quê o quê era que tá fazendo hoje através somente do crime da desumanidade (chora) da falta de respeito (chora) e também de muita eu acho de muita tentação diabólica (chora) (a senhora lembra porque foi que ele a matou? o que ela era dele?) filha ou esposa. (lembra o que era que ela vivia fazendo com ele?) Eu não lembro / num tenho lembrança porque minha cabeça tá tá quando fica muito / como o problema tá se agravando (a senhora quer acrescentar mais alguma coisa do que a senhora entendeu da notícia?) o que eu quero acrescentar é que hoje em dia a gente se tá dentro de casa tá com medo e se tá fora tá com medo por que hoje em dia a justiça certa é a de Deus que a da qui da terra é falha” (sai chorando).

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Maria Helena. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.

FERREIRO, Emília *A alfabetização em processo*. São Paulo: Cortez, 1991.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *Discurso e Leitura*. Campinas, UNICAMP, 1996a.

_____. Exterioridade e Ideologia. *Cadernos de Linguística Aplicada*, Campinas, n. 30, p. 27-33, jan/jun. 1996b.